EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP- Nº 06/2012

EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Processo nº 08204.001648/2012-61

 A União, por intermédio da Academia Nacional de Polícia, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 2225/2012, de 02 de abril de 2012, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

 O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº 3931, de 19/09/2001, do Decreto nº 6204, de 05/09/2007, do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e do Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e a Lei Complementar nº 123/2006 ao procedimento licitatório e observando-se as disposições dessa última – Lei nº 8.666/93, como norma específica orientadora na elaboração do contrato.

 A sessão pública de Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços e início da etapa de lances no dia, hora e endereço eletrônico abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

ENVIO DA PROPOSTA:

A partir da publicação deste Edital.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 03/ 09 /2012 às 09:00h

1 – DO OBJETO

 1.1 – Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro em geral, com fornecimento de materiais, para atender nas dependências da Academia Nacional de Polícia durante a vigência da ata de acordo com as especificações constantes no edital.

2 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Somente poderão participar deste Pregão os licitantes que:

 2.1.1 – desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

 2.1.2 – atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida para sua habilitação;

 2.1.3 – consoante o art. 6º do Decreto 6.204/2007 cumpram os requisitos legais para o enquadramento de Micro e Pequenas Empresas estabelecidas na lei Complementar 123/2006.

2.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

 2.2.1 – que estejam com falência declarada, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

 2.2.2 – que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com o Departamento de Polícia Federal, ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, bem como tenham sido descredenciadas do SICAF;

 2.2.3 - que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiária entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3 – DO CREDENCIAMENTO

 3.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, *comprasnet* (§ 1º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

 3.2 – O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

 3.3 – O credenciamento no provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

 3.4 – O uso de senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Ministério da Justiça, órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

4 – DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA

 4.1 – Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.1.1 – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

 4.2 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

 4.3 – Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.4 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450/2005.

 4.5 – Por ocasião do envio da proposta, o licitante enquadrado como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

 4.6 – O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico (comprasnet), o valor total do serviço, sendo este levado a efeito para a fase de lances e a descrição do serviço, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

4.6.1 – Embora o critério de julgamento seja o de menor valor global, o valor cotado para cada item não deverá ultrapassar o valor máximo admitido para ele, sob pena de desclassificação.

5 – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

 5.1 - A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública deste Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, conforme Edital e Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, publicado no D.O.U. de 1º de junho de 2005.

6 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

 6.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

 6.2 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

 6.3 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lance.

7 – DA FASE DE LANCES

 7.1 – Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

 7.2 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de sua aceitação.

 7.3 – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

 7.4 – Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

 7.5 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

 7.6 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

 7.7 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

 7.8 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

 7.9 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos licitantes.

 8 – DA NEGOCIAÇÃO

 8.1 – Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

 8.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9 – DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

 9.1 – A proposta final ajustada ao último lance ofertado, deverá ser encaminhada, preferencialmente, em papel timbrado do licitante, ou apenas identificada com razão social e ainda conter:

9.1.1 – nome do representante legal da empresa;

 9.1.2 – valores expressos, obrigatoriamente, em real;

 9.1.2.1 – Apresentar valor unitário e total de cada item constante do lote em algarismo e por extenso.

 9.1.2.2 – Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

 9.1.3 – endereço, telefone/fax, CNPJ/MF, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

 9.1.4 – validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura do Pregão;

 9.2 – Deverá, ainda, apresentar as seguintes declarações:

 9.2.1 – Declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.

 9.2.2 – Declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

 9.3 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

 9.4 – Não será permitida a alteração da proposta, após sua apresentação.

 9.5 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro.

 9.6 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

10 – DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

 10.1 – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de acordo com as exigências editalícias.

 10.2 – Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro analisará os documentos de habilitação.

 10.3 – Se a proposta ou lance de menor valor for recusado, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11 – DA HABILITAÇÃO

 11.1 – A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

 11.2 – O licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou documentos que supram tal habilitação.

 11.3 - Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

 11.3.1 – Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

 11.3.2 – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de sua Habilitação, conforme regulamentação constante da IN/MARE nº 05/95, com alterações da IN/MARE nº 09/96;

11.3.3 – Declaração de proposta Independente

 11.3.3 – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação.

 11.3.4 – Comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor proposta, a qual será exigida somente no caso de o licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em quaisquer dos índices: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados no SICAF.

11.4 – A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

 11.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com número, CNPJ e o respectivo endereço.

 11.6 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

 11.7 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

 11.8 – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital incluindo a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

 11.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação.

 11.8.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12 – DO ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO

 12.1 – A proposta final ajustada ao último lance ofertado pelo licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos via fac-símile para o número (61) 2024-8944, ou para o endereço eletrônico cpl.anp@dpf.gov.br, em até 3 (três) horas úteis, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro.

 **12.2** –Em sendo habilitada a empresa, esta deverá, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, encaminhar, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos via fax, para o seguinte endereço:

 Academia Nacional de Polícia

 Comissão Permanente de Licitações

 Estrada Parque do Contorno Km 002, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte

 Brasília – DF CEP: 71.559-900

 12.3 – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado e, também, devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

 12.4 – Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

13 – DO RECURSO

 13.1 – Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

 13.2 – O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

 13.3 – O recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

 13.4 – A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

 13.5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

 14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor após decididos os recursos, quando houver, sujeito o certame à homologação do Diretor da Academia Nacional de Polícia.

**15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1 –** Executar os serviços de que trata este Termo de Referência;

**15.2 –** Atender no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas as demandas, a partir da solicitação do SEMAI/DAD;

**15.3** – Destacar, para a perfeita prestação dos serviços, somente técnicos especializados e qualificados, os quais deverão estar devidamente identificados para ter acesso às dependências do Contratante;

**15.4** – Utilizar somente ferramentas e aparelhos adequados a cada tipo de serviço;

**15.5** – Sugerir modificações no decorrer da prestação de serviços, sempre que entender necessário, objetivando melhorar a segurança das instalações;

**15.6** – Manter, durante toda a vigência da ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

**15.7** – Indicar preposto ao Contratante, visando aos contatos com o representante da administração, disponibilizando inclusive linha telefônica para contato;

**15.8** – Refazer e corrigir os serviços que apresentem imperfeições;

**15.9** – Atender imediatamente às chamadas de urgência, em qualquer dia e hora da semana, considerando como tal o tempo necessário para o deslocamento do pessoal autorizado pela Contratada às dependências do Contratante, sem qualquer ônus adicional;

**15.10** – Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Contratante;

**15.11 –** Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, quando em serviço, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias prevêem e demais exigências legais para o exercício de suas atividades;

**15.12 –** Acatar todas as orientações da SEMAI/DAD, referentes ao contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**15.13** – Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados à ANP ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo;

**15.14 –** Refazer, por sua conta, os serviços considerados como mal executados ou quando utilizado material de má qualidade.

**16 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

16.1 – Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às instalações da ANP sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;

16.2 – Fiscalizar a execução dos serviços;

16.3 – Comunicar à empresa, por escrito, sobre possíveis irregularidades observadas na execução dos serviços, para a imediata adoção das providências de saneamento;

16.4 – Atestar a fatura mensal correspondendo aos serviços prestados, desde que cumpridas todas as exigências do contrato.

17 – DO EMPENHO

17.1 – A Nota de Empenho só será emitida após consulta ao CADIN, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

 17.1.1 – Caso seja comprovada pendência no CADIN, a empresa será notificada formalmente e ser-lhe-á concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização.

18 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – Após homologado o resultado deste Pregão, a Academia Nacional de Polícia convocará o licitante vencedor, durante a validade de sua proposta, para assinatura da Ata de Registro de Preços, dento do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste edital e do previsto no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

18.2 – O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3 – A ata terá vigência de 12 meses, contada a partir da publicação do seu extrato no D.O.U..

18.4 – A assinatura da ata está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

19 – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO LICITANTE

19.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízos das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação o licitante que:

 19.1.1 – não assinar a ata, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

 19.1.2 – deixar de entregar a documentação exigida neste Edital;

 19.1.3 – apresentar documentação falsa;

 19.1.4 – não mantiver a proposta;

 19.1.5 – comportar-se de modo inidôneo;

 19.1.6 – fizer declaração falsa;

 19.1.7 – cometer fraude fiscal.

20 – DO PAGAMENTO

 20.1 – Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário a quantia relativa à efetiva prestação de serviços, calculado de acordo com os preços constantes da proposta sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

 20.2 – O pagamento será efetuado até o 30° (trinta) dias útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser aceita e atestada por servidor público designado para esse fim desde que os serviços sejam efetivamente executados e formalmente aceitos.

 20.3 – O pagamento será creditado em favor da beneficiária, por meio de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

 20.4 – O pagamento será creditado em favor do Contratado por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isso ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

 20.5 – Será procedida consulta “ON LINE” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao beneficiário, para verificação das condições exigidas na Ata de Registro de Preços, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a Contratada deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

 20.6 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Departamento de Polícia Federal em favor do beneficiário. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

 20.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a beneficiária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pelo Departamento de Polícia Federal, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 EM = I x N x VP

 Onde:

 EM = Encargos Moratórios;

 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

 VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

 TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento);

 I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

 I = (TX/100) → I = (6/100) → I = 0,00016438

 365 365

 21.7.1 – A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

21 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

 21.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico cpl.anp@dpf.gov.br.

 21.1.1 – O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

 21.1.2 – Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

 21.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, para o endereço eletrônico cpl.anp@dpf.gov.br.

 21.3 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizados no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), por meio do link Acesso livre>Pregões>Agendados, bem como no sítio [www.dpf.gov.br/licitacao/](http://www.dpf.gov.br/licitacao/), para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.

22 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

 22.1 – A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

 22.2 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

 22.3 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação deste procedimento licitatório, ressalvado o direito, em caso de boa-fé, de ressarcimento pelos encargos que tiverem suportado no cumprimento da obrigação assumida.

 22.4 – Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Academia Nacional de Polícia.

 22.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

 22.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Academia Nacional de Polícia não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório.

23 – DOS ANEXOS

 23.1 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

 ANEXO I – Termo de Referência;

 ANEXO II – Valores Máximos Admissíveis;

 ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

 ANEXO V – Modelo de Declaração (Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999);

 ANEXO VI - Modelo de declaração de elaboração independente de proposta conforme a IN 02 – SLTI/MPOG.

 ANEXO VII – Ata de Registro de Preços.

Brasília – DF, 03 de agosto de 2012.

RÔMULO CANTUÁRIA SALIM FEITOZA

Pregoeiro

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

TERMO DE REFERÊNCIA

**1 - OBJETO**

**1.1** –O presente Termo de Referência visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro em geral, com fornecimento de materiais e mão de obra, para atender nas dependências da Academia Nacional de Polícia durante o exercício de 2012 de acordo com as especificações constantes no edital.

**2 – JUSTIFICATIVA**

**2.1** - A finalidade da presente contratação é possibilitar o atendimento das demandas de chaveiro com fornecimento de materiais e mão de obra, atuando na Atividade de Chaveiro prestando os seguintes serviços:

* Abertura de Fechadura em caso eventual de extravio das chaves;
* Confecção de cópias das chaves;
* Alteração de Segredo das Fechaduras e Cadeados;
* Manutenção de Claviculário.

**3 – DISPOSIÇÃO GERAL**

**3.1** – A qualidade dos serviços ofertados será avaliada, devendo, no entanto, as empresas apresentarem:

1. Atestado de qualidade técnica dos serviços, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a empresa tenha prestado ou esteja prestando a contento, fornecimento de materiais da mesma natureza e compatíveis em características com o objeto deste Termo de Referência bem como a descrição sucinta dos materiais fornecidos perfeitamente caracterizados.
2. Comprovação a ser obtida pela comissão de licitação através de consulta “on line” ao cadastro do SICAF, através do número do CNPJ da licitante de que a mesma está inscrita nas linhas de fornecimento dos referidos materiais.

**3.2** – Os elementos técnicos citados neste Termo de Referência servem para definir o padrão a ser utilizado objetivando a composição de custos, podendo a empresa ofertar serviços de forma equivalente ou similar em sua Planilha de Custos, **desde que mantido o padrão de qualidade e bom funcionamento dos materiais a serem fornecidos**, que serão avaliados tecnicamente pela Divisão Administrativa, comparando-se as características dos materiais ofertados com o especificado neste Termo de Referência. Entende-se equivalente ou similar o material que tem a mesma função, o mesmo desempenho técnico e o mesmo padrão de serviços solicitados.

**4 – DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1 –** Os serviços serão executados por mão-de-obra qualificada e deverão obedecer rigorosamente as instruções contidas nestas especificações, e as normas e métodos da ABNT cabíveis ao caso.

**4.2 –** Esses serviços incluem o fornecimento do material e equipamentos por responsabilidade da beneficiária, conforme estabelecido por este Termo de Referência.

**4.3** – A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da contratante, reparando as suas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da contratante.

**4.4** – Será de responsabilidade da Contratada todas as despesas com fornecimento do material, instalação e execução dos serviços, mão-de-obra em horário comercial e extra (noite, fim de semana e feriado), equipamentos, ferramentas, limpeza, combustíveis ou fretes, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e encargos sociais e trabalhistas etc.

**4.5** – Os serviços rejeitados pela fiscalização, devido ao uso de materiais que não sejam especificados ou não qualificados como de primeira qualidade ou mal executados, terão que ser refeitos, sendo que a empresa responsável deverá arcar com todas as despesas referentes à confecção dos novos produtos.

**4.6** – As sobras e/ou restos de Materiais deverão ser retirados à medida que forem surgindo, de forma a evitar transtornos físicos e legais a contratante.

**4.7** – O Empenho deverá ser emitido na modalidade Estimativo.

**5 – ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**/**QUANTITATIVO**

|  |
| --- |
| **LOTE 01** |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **QTDE. ANUAL** | **VALOR GLOBAL (ANUAL)** |
| **01** | Cópia de chave simples | Serviço | R$  | 200 | R$ |
| **02** | Cópia de chave tetra  | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **03** | Chave para cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **04** | Abertura de cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **05** | Abertura de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **06** | Abertura de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **07** | Modelagem de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **08** | Modelagem de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **09** | Conserto de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **10** | Conserto de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **11** | Fornecimento e instalação de fechadura de gaveta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **12** | Fornecimento e instalação de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **13** | Fornecimento e instalação de fechadura tetra | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **14** | Fornecimento e instalação de fechadura Lockwell ou similar | Serviço | R$  | 20 | R$ |
| **15** | Troca de segredo de cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **16** | Troca de segredo de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **17** | Troca de segredo de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| VALOR GLOBAL | R$ |

**6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1 –** Executar os serviços de que trata este Termo de Referência;

**6.2 –** Atender no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas as demandas, a partir da solicitação da SEMAI/DAD;

**6.3** – Destacar, para a perfeita prestação dos serviços, somente técnicos especializados e qualificados, os quais deverão estar devidamente identificados para ter acesso às dependências do Contratante;

**6.4** – Utilizar somente ferramentas e aparelhos adequados a cada tipo de serviço;

**6.5** – Sugerir modificações no decorrer da prestação de serviços, sempre que entender necessário, objetivando melhorar a segurança das instalações;

**6.6** – Manter, durante toda a vigência da ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

**6.7** – Indicar preposto ao Contratante, visando aos contatos com o representante da administração, disponibilizando inclusive linha telefônica para contato;

**6.8** – Refazer e corrigir os serviços que apresentem imperfeições;

**6.9** – Atender imediatamente às chamadas de urgência, em qualquer dia e hora da semana, considerando como tal o tempo necessário para o deslocamento do pessoal autorizado pela Contratada às dependências do Contratante, sem qualquer ônus adicional;

**6.10** – Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo Contratante;

**6.11 –** Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, quando em serviço, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias prevêem e demais exigências legais para o exercício de suas atividades;

**6.12 –** Acatar todas as orientações da SEMAI/DAD, referentes ao contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**6.13** – Responder por danos materiais ou físicos causados por seus empregados à ANP ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo;

**6.14 –** Refazer, por sua conta, os serviços considerados como mal executados ou quando utilizado material de má qualidade.

**7 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1 – Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às instalações da ANP, sempre que se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;

7.2 – Fiscalizar a execução dos serviços;

7.3 – Comunicar à empresa, por escrito, sobre possíveis irregularidades observadas na execução dos serviços, para a imediata adoção das providências de saneamento;

7.4 – Atestar a fatura mensal correspondendo aos serviços prestados, desde que cumpridas todas as exigências do contrato.

**8 – FISCALIZAÇÃO**

**8.1** – A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um servidor devidamente designado pela SEMAI/DAD, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços;

8.2 – A fiscalização de que trata esse item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e na ocorrência deste, não implica na corresponsabilidade de seus agentes e prepostos;

8.3 – Quaisquer exigências da fiscalização inerente à boa execução dos serviços devem ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para o contratante.

**9 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

 **9.1 –** O prazo de vigência da ata será de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

**10 – DA GARANTIA DO SERVIÇO**

**10.1. –** Sem prejuízo ou atenuação de outras exigências contidas neste Termo de Referência, é exigida da Contratada a garantia expressa para todos os serviços objeto do contrato pelo prazo de vigência do mesmo.

**11 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 – Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

11.1.2 – Multa de:

11.1.2.1 – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

11.1.2.2 – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

11.1.2.3 – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

11.1.2.4 – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

11.1.2.5 – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

11.2 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

11.3 – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

11.4 – Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

11.5 – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

11.6 – A multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

**12 – DO PAGAMENTO**

12.1 – O pagamento será efetuado até o 30° (trinta) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser aceita e atestada por servidor público, designado para esse fim, desde que os serviços sejam efetivamente executados e formalmente aceitos.

Brasília, 17 de julho de 2012.

MÁRIO EDSON GOULART NEVES

Chefe do SEMAI/DAD/ANP/DPF

De acordo,

1 - Aprovo o presente Termo de Referência.

2 - Autorizo a abertura de Processo Administrativo, conforme prelecionam o artigo 38, caput da Lei nº 8.666/93, art. 21, inciso V do Decreto 3.555/2000 e art. 30, inciso V do Decreto nº 5.450/2005.

*MARCO ANTÔNIO RIBEIRO COURA*

Delegado de Polícia Federal

Diretor da ANP/DGP/DPF

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS

|  |
| --- |
| **LOTE 01** |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE** |  **PREÇO MÉDIO UNITÁRIO**  | **QTDE. ANUAL** | **CUSTO MÁXIMO POR ITEM** |
| **01** | Cópia de chave simples | Serviço |  R$ 7,67  | 200 | R$ 1.533,33 |
| **02** | Cópia de chave tetra  | Serviço |  R$ 17,67  | 50 | R$ 883,33 |
| **03** | Chave para cofre | Serviço |  R$ 45,00  | 05 | R$ 225,00 |
| **04** | Abertura de cofre | Serviço |  R$ 103,33  | 05 | R$ 516,67 |
| **05** | Abertura de fechadura de porta | Serviço |  R$ 25,67  | 50 | R$ 1.283,33 |
| **06** | Abertura de fechadura de móvel | Serviço |  R$ 23,33  | 50 | R$ 1.166,67 |
| **07** | Modelagem de fechadura de porta | Serviço |  R$ 26,67  | 50 | R$ 1.333,33 |
| **08** | Modelagem de fechadura de móvel | Serviço |  R$ 25,00  | 50 | R$ 1.250,00 |
| **09** | Conserto de fechadura de porta | Serviço |  R$ 23,33  | 50 | R$ 1.166,67 |
| **10** | Conserto de fechadura de móvel | Serviço |  R$ 21,67  | 50 | R$ 1.083,33 |
| **11** | Fornecimento e instalação de fechadura de gaveta | Serviço |  R$ 50,00  | 50 | R$ 2.500,00 |
| **12** | Fornecimento e instalação de fechadura de móvel | Serviço |  R$ 48,33  | 50 | R$ 2.416,67 |
| **13** | Fornecimento e instalação de fechadura tetra | Serviço |  R$ 133,33  | 50 | R$ 6.666,67 |
| **14** | Fornecimento e instalação de fechadura Lockwell ou similar | Serviço |  R$ 166,00  | 20 | R$ 3.320,00 |
| **15** | Troca de segredo de cofre | Serviço |  R$ 80,00  | 05 | R$ 400,00 |
| **16** | Troca de segredo de fechadura de móvel | Serviço |  R$ 26,67  | 50 | R$ 1.333,33 |
| **17** | Troca de segredo de fechadura de porta | Serviço |  R$ 26,67  | 50 | R$ 1.333,33 |
| PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PARA A CONTRATAÇÃO |  **R$28.411,67** |

 ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para o fornecimento dos itens abaixo relacionados, conforme estabelecido no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº /2012.**

|  |
| --- |
| **LOTE 01** |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **QTDE. ANUAL** | **VALOR GLOBAL (ANUAL)** |
| **01** | Cópia de chave simples | Serviço | R$  | 200 | R$ |
| **02** | Cópia de chave tetra  | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **03** | Chave para cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **04** | Abertura de cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **05** | Abertura de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **06** | Abertura de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **07** | Modelagem de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **08** | Modelagem de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **09** | Conserto de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **10** | Conserto de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **11** | Fornecimento e instalação de fechadura de gaveta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **12** | Fornecimento e instalação de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **13** | Fornecimento e instalação de fechadura tetra | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **14** | Fornecimento e instalação de fechadura Lockwell ou similar | Serviço | R$  | 20 | R$ |
| **15** | Troca de segredo de cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **16** | Troca de segredo de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **17** | Troca de segredo de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| VALOR GLOBAL | R$ |

1. Validade da Proposta: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 dias);
2. Os pagamentos deverão ser efetuados no Banco \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Conta Corrente nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ;
3. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para fiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor do item cotado que venham a onerar o objeto dessa licitação;
4. Declaramos que os prazos de entrega serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência;
5. Declaramos que aceitamos acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**OBS: A empresa poderá utilizar o anexo II como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação de cada item detalhadamente.**

VALIDADE DA PROPOSTA (NÃO INFERIOR A 60 DIAS):

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

# Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e Número de Identidade do declarante

 ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_., CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos. (conforme Lei nº 9.854/99).

Cidade - UF, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(nome e número da identidade do declarante)

# ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012 )

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2012**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

# ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2012

Processo nº 08204.001648/2012-61

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2012 -ANP/DPF

A **UNIÃO**, através da **ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA – ANP/DPF – Órgão Gerenciador**, com Sede em Brasília/DF, instalado na Rodovia DF 001, Estrada Parque do Contorno Km 02, Setor Habitacional Taquari – Lago Norte/DF, inscrita no CNPJ sob o número 00.394.494/0083-82, órgão do Ministério da Justiça, neste ato representado por seu Diretor, **MARCO ANTÔNIO RIBEIRO COURA**, Delegado de Polícia Federal, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 1.080/2012-MJ, de 06.07.2012, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 06/2012 - CPL/ANP/DGP/DPF, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada pelo Senhor **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, portador da CI nº. xxxxxxxxxx SSP-xx, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes nos Decretos n° 5.450/2005, n° 3.931/2001 e nº 6.204/2007, Lei Complementar nº 123/2006**,** e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, bem como pela legislação pertinente.

.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

* 1. – Constitui objeto do presente instrumento o registro de preços para prestação de serviços de chaveiro, e todo material necessário ao serviço para a Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, conforme as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, especificações e limitações abaixo:

|  |
| --- |
| **LOTE 01** |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **QTDE. ANUAL** | **VALOR GLOBAL (ANUAL)** |
| **01** | Cópia de chave simples | Serviço | R$  | 200 | R$ |
| **02** | Cópia de chave tetra  | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **03** | Chave para cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **04** | Abertura de cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **05** | Abertura de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **06** | Abertura de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **07** | Modelagem de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **08** | Modelagem de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **09** | Conserto de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **10** | Conserto de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **11** | Fornecimento e instalação de fechadura de gaveta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **12** | Fornecimento e instalação de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **13** | Fornecimento e instalação de fechadura tetra | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **14** | Fornecimento e instalação de fechadura Lockwell ou similar | Serviço | R$  | 20 | R$ |
| **15** | Troca de segredo de cofre | Serviço | R$  | 05 | R$ |
| **16** | Troca de segredo de fechadura de móvel | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| **17** | Troca de segredo de fechadura de porta | Serviço | R$  | 50 | R$ |
| VALOR GLOBAL | R$ |

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

**2.1** – A descrição das especificações mínimas e obrigatórias para execução dos serviços está apresentada no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº xx /2012 e na proposta da empresa vencedora.

**CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1** – Os serviços serão executados nas dependências da Academia Nacional de Polícia –ANP/DPF, instalada na Rodovia DF 00 Km 02, estrada Parque do Contorno Km 02, Lago Norte, em Brasília-DF.

**3.2** - Os serviços deverão ser prestados 08 (oito) horas por dia, de segunda a sexta-feira, podendo ocorrer eventuais atendimentos nos finais de semana ou fora do expediente normal do Órgão.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA**

**4.1 –** Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Academia Nacional de Polícia, por intermédio de pessoas devidamente qualificadas;

**4.2 –** Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto da Academia Nacional de Polícia;

**4.3** – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceita pela boa técnica, normas e legislação;

**4.4** – Atender prontamente qualquer exigência do representante da Academia inerente ao objeto desta Ata;

**4.5** – Comunicar à Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**4.6** – Executar os serviços nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta comercial;

**4.7** – Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata em que se verificarem vícios, erros ou incorreções, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicado da Contratante;

**4.8** – Manter um técnico, capacitado, aceito pela Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF para executar os serviços durante todo o período de vigência da Ata;

**4.9 –** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Contratante, inclusive o transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**4.10** – Manter durante a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da contratação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

**4.11** – Executar fielmente os serviços, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados, conforme vistoria prévia de modo a não alegar desconhecimento;

**4.12** – Não transferir a outrem os serviços objeto desta Ata, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Academia Nacional de Polícia;

**4.13** – Entregar ao Gestor do Contrato os materiais substituídos ou retirados e passíveis de reaproveitamento;

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**

**5.1** – Responsabilizar-se pela solicitação dos serviços em tempo hábil, entregando à Beneficiária a respectiva Ordem de Serviço, assinada pelo Fiscal do Serviço, contendo autorização e indicação do local de execução dos serviços;

**5.2 –** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

**5.3** – Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas da Ata;

**5.4** – Rejeitar no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**5.5** – Permitir o ingresso de empregados da empresa nas dependências da Academia Nacional de Polícia para execução dos serviços requeridos;

**5.6 –** Notificar por escrito a Empresa, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

**5.7 –** Proceder a conferência das Ordens de Serviço, juntamente com as Notas Fiscais verificando quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão nas informações.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 – A Ata de Registro de Preços não obriga a ANP/DPF a firmar contratação na quantidade estimada com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição pretendida, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

6.2 – O preço registrado e a indicação do respectivo fornecedor serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.3 – A ANP/DPF monitorará, pelo menos semestralmente, os preços dos produtos, de forma a avaliar o preço praticado no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

6.4 – O fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias primas, listas de preços de fabricante etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.

6.5 – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.6 – Cumpridos os requisitos de publicidade, a ata de registro de preços, terá efeitos de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital.

6.7 – A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a Academia Nacional de Policia Federal – ANP/DPF, desde que devidamente comprovada a vantagem;

6.8 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

6.9 – A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pela Academia Nacional de Policia – ANP/DPF, será formalizada pelo órgão interessado, por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO

**7.1** – Os serviços deverão ser executados em até 24 (vinte e quatro horas) contados da solicitação do pedido. Em caso de urgência, o prazo para a realização do mesmo será de até 4 (quatro) horas.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas para a aquisição, para o exercício de 2012 são estimadas em R$ XXXX. As despesas no presente exercício serão custeadas com os recursos consignados a Academia Nacional de Policia – ANP/DPF, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2012.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

**9.1** – O pagamento será efetuado até o 30º (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura que deverá ser aceita e atestada por servidor público designado para esse fim desde que os serviços sejam efetivamente executados e formalmente aceitos.

**9.2** - O pagamento será creditado em favor da Contratada, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até **5 (cinco)** dias úteis, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

**9.3** **–** Será procedida consulta **"ON LINE"** no **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

**9.4 –** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF em favor da Contratada. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

**9.5** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, entre a data acima referida e a correspondente prestação dos serviços, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

###### EM = I x N x VP

Onde:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EM** | **=** | Encargos Moratórios |
| **N** | **=** | Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento |
| **VP** | **=** | Valor da parcela pertinente a ser paga |
| **TX** | **=** | Percentual da Taxa anual = 6% |
| **I** | **=** | Índice de compensação financeira, assim apurado: |

**I = (TX/100)   ⇒         I = (6/100)      ⇒         I = 0,00016438**

        365                             365

**9.6** **–** A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**10.1** – A Adjudicatária tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

**10.2** – A Adjudicatária, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

 **10.2.1** – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

 **10.2.2** – junto com o requerimento, a empresa registrada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

 **10.2.3** – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

**10.3** – Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a empresa registrada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

**10.4** – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

**11.1 –** A execução do Serviço será acompanhada e fiscalizada por servidor da Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, designado em Portaria, na condição de Gestor do Contrato, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a sua fiel e correta execução para fins de pagamento, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.2 – No curso da execução dos serviços, objeto da Ata, caberá à Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela Beneficiária.

11.3 – A Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF comunicará a Empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**11.4** – A presença da fiscalização da Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, não elide nem diminui a responsabilidade da Empresa beneficiária.

**11.5 –** Gestor do Contrato poderá sustar, recusar, solicitar que sejam refeitos elementos dos serviços desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas e qualidade, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições de materiais ou componentes que não estejam de acordo com as exigências ou aqueles que não sejam comprovadamente novos ou de boa qualidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1 – A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contada da publicação do extrato no Diário Oficial da União.

12.2 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta à ANP/DPF, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1 - A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei 8.666/93;

13.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo doa bens registrados, cabendo a Academia Nacional de Policia – ANP/DPF promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

13.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Academia Nacional de Policia – ANP/DPF deverá:

13.3.1 - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

13.3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Academia Nacional de Policia – ANP/DPF:

13.3.3- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicações de penalidades, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

13.3.4 - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

13.3.5 - Não havendo êxito nas negociações, a Academia Nacional de Policia – ANP/DPF procederá a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação.

13.3.6 – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado á época do registro – equação econômico-financeira;

**13.3.7** – As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial da União

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

14.1.1 – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.2 – Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo, estipulado pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

14.1.4 – Tiver presente razões de interesse público.

14.1.5 - Não cumprir cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

**14.1.6** – Cumprir irregularmente às cláusulas contratuais, especificações e prazos;

**14.1.7 –** Promover a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

**14.1.8 –** Atrasar injustificadamente o serviço;

**14.1.9 –** Paralisar o serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

14.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

14.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Academia Nacional de Policia – ANP/DPF, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 – Ocorrendo o cancelamento dos preços registrados, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

14.6 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**15.1 –** Da penalidade aplicada caberá recurso, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa adjudicatária às sanções previstas, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

**16.1.1** – Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

**16.1.2** – Multa de:

**16.1.2.1** – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30° (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

**16.1.2.2** – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30° (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

**16.1.2.3** – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

**16.1.2.4** – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

**16.1.2.5** – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

**16.2** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

**16.3** – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela contratante;

**16.4** – Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes na punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

**16.5** – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

**16.6** – A multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**17.1 -** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o Decreto nº. 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342 de 23 de agosto de 2002, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, o Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, atualizados.

**17.2 -** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

**17.3 -** As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília – DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília - DF,\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2012

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**MARCO ANTÔNIO RIBEIRO COURA NOME DA PESSOA**

Delegado de Polícia Federal **NOME DA EMPRESA**

Diretor da ANP/DGP/DPF **CPF:**

**TESTEMUNHAS** :

**1 - ----------------------------------------------------------------------------------**

**2 - ------------------------------------------------------------------------------------**